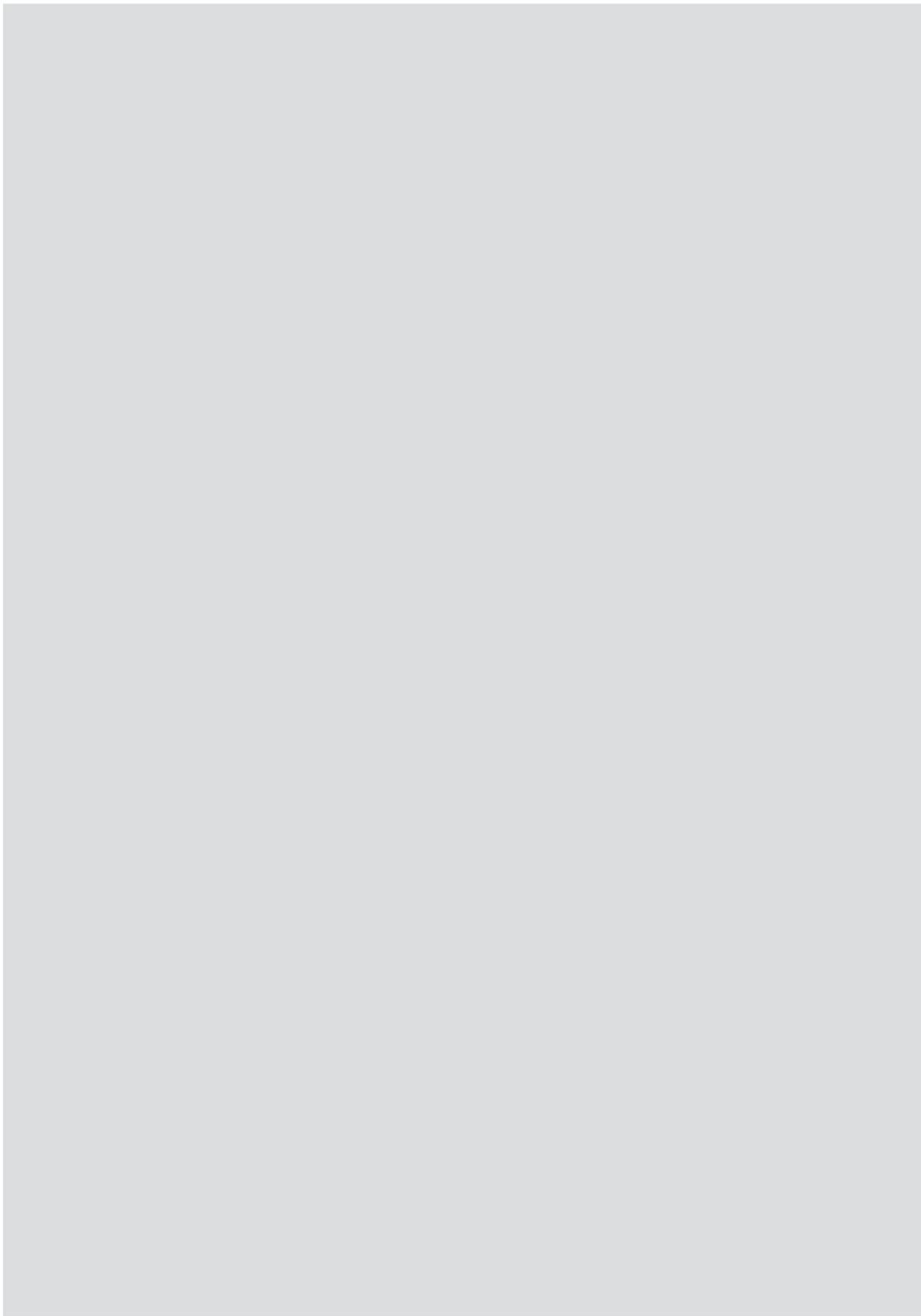


**LUIZ SÁVIO DE  
ALMEIDA**

Manuel Correia de Andrade:  
os empobrecidos e a terra

Professor Emérito da  
Universidade  
Federal de Alagoas  
e Dr. em História  
pela Universidade  
Federal de  
Pernambuco



## INTRODUÇÃO<sup>1</sup>

O objetivo deste artigo consiste em discutir a natureza da ligação efetuada por Manuel Correia de Andrade entre Cabanada e semterra (será grafado assim, para acentuar o termo), devendo ser claro para efeito deste texto, que consideraremos semterra uma localização política face à produção onde, necessariamente, remetemos o tema para a área da economia política e, nela, obrigatoriamente, ao quadro do poder. No exame da ligação proposta, aproveitaremos para discutir o caso alagoano.

Apesar de estarmos diante da relação de classe no agrário, semterra perpassa classificações de setor produtivo e responde por todos aqueles que, em movimento, assumem posição política na qual a terra tem o sentido de libertação que não pode ser esvaziado no de posse. A resolução do semterra não é o surgimento do comterra, pois equivaleria a afirmar que ter a propriedade define a questão: ela é habilitante e somente habilitante. Por consequência estaria definido o semterra, como a integração a movimento em busca de liberdade e, conseqüentemente, de reconstrução social tomando-se a questão da terra como mediação.

É justamente pelo poder, que se chega ao fio condutor de Manuel Correia de Andrade, condição capaz de ligar acontecimentos dos meados do século XIX à atualidade de 2010; e estamos diante da estrutura fundiária e da organização agrária, questões centrais da reforma que jamais poderá ser um elemento isolado, justamente pela ligação intrínseca que tem com a reconstrução da sociedade.

É claro que existe uma série de problemas teóricos a ser discutida em torno da proposição de Manuel Correia de Andrade, especialmente o que concerne à possibilidade de existir linearidade ou uma invariância do tempo da pobreza, de tal modo que se poderia afirmar que tempos, por exemplo, cabanos eram tempos semterra. Aceitar o linear em Andrade seria propor que ele não guardava o senso dialético, o que não seria verdadeiro, pois o avanço no tempo não implicaria deslocamentos históricos, o que anularia a ideia de formação e mesmo o sentido fundado sob a ótica da contradição levada ao espaço. Andrade guardava o

<sup>1</sup> É difícil lidar com material estatístico de alta confiança. Acreditamos que ligeiras diferenças, por ventura introduzidas no texto, não invalidam a natureza da análise.

senso dialético e em algumas conversas que mantivemos, afirmava seguir o que entendia como o método marxista e, então, na certa, o perfil dialético jamais seria abstraído de seu pensamento.

Evidentemente, esta relação entre o passado e o presente da questão agrária, não é somente realizada por Manuel Correia de Andrade. Pelo contrário, é largamente rastreada na literatura, mas desejamos ressaltar a posta entre *Canudos* e *Sem terra* feita por Clóvis Moura (2000), em que discute largamente o conceito de pré-político, o que também discutimos – por sua solicitação – em texto por ele publicado em coletânea intitulada *O Quilombo na dinâmica social do Brasil* (2001). Essa discussão é importante e deriva, em Moura, de posições de Hobsbawn no genérico criado pelo historiador inglês em torno do chamado banditismo social.

A intervenção de Moura é contrária à existência do que seria considerado como pré-político:

Criou-se um conceito de movimento social no qual somente seriam considerados políticos aqueles que tivessem condições de elaborar um programa de ação e de governo de acordo com os postulados da Revolução Francesa e que desembocassem como conclusão, em um projeto liberal [...] Os demais seriam formas arcaicas [...].  
(MOURA, 2000, p. 24)

Evidentemente com a ênfase em um pré-político, conforme discutimos (ALMEIDA, 2001, p. 89), dá-se uma associação esdrúxula entre poder e determinação das estruturas, de modo que o político somente se faz, sendo satisfeitas algumas regras europeias. Não é por aí que ele se realiza; ele se faz da forma como é possível, o que parece frase de efeito, mas, na realidade, encaminha para sua existência na diversidade de circunstâncias que se desenvolvem na formação histórica. Se nós fôssemos entender um pré-político, teríamos a geração de uma pré-classe, de tal forma que a história estaria subdividida em três grandes porções: a pré, o evento divisor que seria mais propriamente uma intermediação e a pós onde o político se esclarece.

Claro que Hobsbawn jamais chegaria a tanto, mas é fundamental demarcar a existência de um político cabano e este político possibilita,

teoricamente, uma geografia do político, expressão que preferimos, para o caso, à geopolítica a perpassar as variadas fases da formação. Nós não estamos diante de estudo sobre a relação entre poder e espaço como, por exemplo, propõe Becker (2005), mas do poder no espaço, o que é diferente, pois remete de imediato para a inerência e pertencimento, o que está presente, por exemplo, em Josué de Castro em que a terminologia não prejudica o modo de se verificar obrigatoriamente – tarefa do que chamamos de geografia do político – o cotidiano das dominações ou, no caso que interessa ao problema cabano, como se instalam e operacionalizam-se os momentos e os instrumentos de construção da pobreza na formação de um espaço.

É impossível negar, portanto, que há um elemento essencialmente político inerente à tensão social e os movimentos são integrantes dessa tensão, devendo ser entendido que eles se articulam dentro do grande escopo de suas épocas. Um grande problema seria querer que o conjunto de forma e conteúdo de uma época substituísse o de outras. As formas, os meios, as expressões são diferentes, mas existem e cobrem o universo político, o que se desenvolve em termos de tensão.

É preciso notar que não se pode armar, portanto, linearmente a identidade entre situações de épocas distintas. Cabanos e semterra estão diretamente associados às suas conjunturas, embora se estabeleça entre eles uma ligação densa: são dominados pelo peso do desequilíbrio do poder na sociedade vigente à época em que cada um acontece. Neste sentido, convém frisar que a circunstância do primeiro é o escravismo, enquanto para o segundo, a conjuntura é o impasse social do nosso capitalismo após, especialmente, os anos cinquenta do século passado.

Ambos estão ligados à estrutura de produção e ela não permanece imutável. Se ela muda, eles mudam, desde que se considere não haver a possibilidade de uma repetição histórica, chave para a ideia de processo. Cabanos e semterra acontecem em estruturas e conjunturas diferenciadas. Além disto, consideremos que uma forma de contestação varia necessariamente em função das estratégias e das possibilidades de ser, como se deu com o próprio quilombo.

Clóvis Moura considera que muda o significado do quilombo como estratégia de luta negra no escravismo tardio, momento de encontro de fatores escravistas e fatores de formalização capitalista, desenvol-

vidos, sobretudo a partir do ano-chave de 1850, três séculos e meio de formação brasileira. Enquanto Moura focaliza a estratégia em si, Manoel Correia de Andrade localiza a variabilidade do quilombo em relação à densidade do povoamento, outro modo de lidar com estrutura e conjuntura. Andrade trata em *Geografia do Quilombo*:

Um quilombo que se formasse no século XVI ou no início do século XVII, quando o país era quase despovoado, não poderia ser semelhante àqueles do século XIX, quando já se desenvolvia uma consciência abolicionista entre idealistas nascidos na própria elite e que deflagraram a campanha em favor da abolição. (ANDRADE, 2001, p. 77).

Este trato de elementos deslocados na história pode até trazer problemas metodológicos, como, por exemplo, o que levanta Oliveira (2001, p. 61), ao falar da economia dos Palmares reclamando quanto à possibilidade de sermos levados às conclusões insuficientes e precárias. Contudo, torna-se fácil perceber que os quilombos formaram sociedades alternativas, as que se propunham em contraste ao escravismo vigente pelo mando na sociedade branca e senhorial. Nada de serem Áfricas brasileiras, especialmente o maior de todos: Palmares. Isto desloca o eixo da questão como fez Kent (1965) construindo, numa repetição impossível, uma sociedade impossível.

Os quilombos lidavam – como não poderia deixar de ser – com a sociedade senhorial, mas jamais poderiam ser confundido com ela, o que significa estarmos diante de duas diferenciações fundamentais: o trabalho e a propriedade, os elementos que balizam organizações sociais diferentes, básicos para definição do como está sendo o ser social, aquele ligado por Marx (1978, p. 10) à ideia de comunidade real, aquela onde se demonstra o efetivamente organizado, as formas como é possível ter-se na estruturação do cotidiano, a condição – também utilizando expressão de Marx – de *existência social*.

Não se pode deixar de reconhecer, que os negros e, portanto, o empobrecimento, sempre se articularam, o que acontece por razões de natureza política. Fragilidade frente ao mando e desorganização nunca foram sinônimos. Os quilombos sempre foram fortes como categoria,

mas nem sempre tiveram a mesma magnitude, indicando que a forma era forte por ser de resistência, embora o que um quilombo opunha necessariamente não seria igual à força de outro. Não haverá outro exemplo dos Palmares. Aliás, neste sentido de organização, Clóvis Moura ressaltava o negro e suas *institucionalizações*.

A questão básica é que no seio dessas aparentes fragilidades, os empobrecidos estiveram dentro de inúmeros movimentos chamados de populares por Manuel Correia de Andrade, em que engloba a Guerra dos Cabanos, sendo difícil aceitar a condição de conservadora proposta – para ela – por Gohn (2003) ou mesmo aceitar a imagem de guerrilheiros do Imperador dada por Décio Freitas. Andrade usa a expressão *chefes saídos da plebe* para levar a uma das caracterizações dos cabanos, daqueles que se lançaram à guerra contra o sistema e que juntou brancos empobrecidos, índios e negros, mas Andrade refere a um absolutismo que em nada deve ter pesado na guerra propriamente dita. Como já argumentamos e como sempre balizamos, o Professor e eu, estas eram diferenças entre nossas formas de ver, com minha leitura talvez sendo influenciada por Alagoas, enquanto a dele estaria influenciada pelo processo político pernambucano. Essa relação com a política, como mostrou Carvalho (1989) era essencial para entender os cabanos.

O que se conduz nas matas, não pode estar ligado ao começo absolutista que logo se esvanece e o próprio Andrade coloca um elemento essencial que refunde o processo: Timóteo, gente do campo de Pane-las dos Miranda. Mas o que pesa definitivamente é a história da luta dos empobrecidos das matas, dos índios do aldeamento do Jacuípe, dos negros e de seus quilombos. Jamais pensamos que estariam submetidos a uma ordem caudilhista de comando, como a crônica oficial desejou apresentar. Rapidamente o absolutismo some; rapidamente pesam índios e negros dentro das matas, uma das mais importantes personagens políticas de Alagoas, oculta conforme já dissemos:

[...] a ligação entre cabanos e absolutistas foi episódica e circunstancial em face de um inimigo comum. Para o senhorial absolutista estava em jogo o mando; para os marginalizados estava a luta indistinta contra este mando, e circunstancialmente enfrentam também os liberais como

legalistas. Neste mesmo correr de razões, deve-se ter imensa cautela quando se fala de absolutismo na área conflagrada, pois prevalecem as questões locais, muitas passando por fatos antigos como a Revolução de 1817 [...] O que se discute sobre absolutismo na área tem que passar pela problemática local, quando se fala em Porto Calvo, Porto de Pedras, Barra Grande e em nomes como Mendonça, Araújo, Sarmento... As razões absolutistas podem ser esfumaçadas dentro das circunstâncias locais. (ALMEIDA, 2008, p. 52).

Na verdade, fica pendente uma categórica definição do que poderia ser considerado como popular à época; este preciosismo pode ser desfeito, na medida em que se considere a existência de uma necessidade de ruptura com o mando e, neste caso, popular seria o antissenhorial, o anti-dominante, e este senso jamais poderia ser mantido guardando-se a ideia de uma presença absolutista quando, inclusive, a história da mata é abstraída; em parte, a destruição cabana corresponde à destruição da mata:

A liberação das matas era matéria estratégica de primeira linha para o universo senhorial, para melhor consolidação política e econômica do que à época, seria entendida como a grande propriedade açucareira. Vencer as matas, no caso de Alagoas equivalia, inclusive, consolidar a dominação dos ricos vales do Mundaú e do Paraíba [...], processo que havia começado com o fim dos Palmares. A integração destas áreas teria que romper a mata e daí as colônias de função militar: Leopoldina em Alagoas e Sementeira em Pernambuco. (ibidem, p. 119)

Andrade considera a entrada de Timóteo como a virada, o nascimento de uma nova fase de guerra. Jamais, contudo, desde os inícios, teria sido o absolutismo o fator a gerar a guerra do cabano; quando muito, o conflito intrassenhorial pode ter aberto brechas por onde as matas se levantaram, especialmente as do Jacuípe com o aldeamento ainda derivado das lutas pelos Palmares. E quem comporia este popular cabano:

índios do Jacuípe, negros das matas, brancos e pardos que traduziam o cotidiano na expressão de uma cabana a dar teto.

Eles eram resultado de uma forma típica de fazer-se a plantação açucareira, dona de terra, transformando-a em poder; e nesta alquimia política, dividir terra equivaleria a dividir poder, entendido como perda de mando, e da fabricação do controle mediante cargos adrede ajustados à função instrumental de facções senhoriais. Andrade soube preparar seu trabalho sobre a Guerra dos Cabanos, estudando o desenvolvimento da política pernambucana com seus aportes regionais, em dois textos: *Pernambuco e a revolta de Pinto Madeira* (1953) e *As sedições de 1831 em Pernambuco* (1956).

Se a base política branca e senhorial vinha sendo trabalhada por Manuel Correia de Andrade entregando-se à análise das primeiras décadas do século XIX, de imediato encontrou a presença das facções absolutistas, o que aconteceu no Recife, bem como a saída do conflito do urbano para o rural, mormente por meio da saga de Torres Galindo. Após Torres Galindo realizar suas incursões rurais e inflectir em direção ao sertão e agreste, é que o dito absolutismo vai à história local de Panelas; a partir daí, com Timóteo, Andrade reconheceu uma mudança radical pela presença no comando de elemento vindo do campesinato e, aí, considerou que a guerra tomou outro caráter, o que deu margem à possibilidade da construção da mudança na liderança, e Lindoso (1983) montou esse encontro sobre o que argumentou similar à *antichoanerie*.

Como foi comentado (Almeida, 2008) há uma história cabana anterior, que não se faz por via do absolutismo, mas pela marginalização; a história cabana é a de gente fundamentalmente das matas e o território da guerra se dá também nos miolos do território palmarino. Estamos diante da história da mata, cujo papel fundamental de abrigar grupos alternativos não se extingue com a queda militar dos Palmares; logo após, tem-se os episódios de Camoanga, expressiva liderança negra que levou extrema preocupação à Coroa; e por aí segue uma vida cabana e ela será de empobrecimento – ao contrário da vida em casa-grande – gerando um momento único de interligação entre índios e negros contra o sistema dominante, não importando se existiu ou não o que era chamado de caudilhismo de Vicente de Paula, e o interessante é que a guerra se faz nos primeiros mundos do açúcar alagoano.

Andrade arma uma discussão do agrário e o faz do ponto de vista histórico apontando uma linha de tempo, em que é possível passar sucessivamente pelo campo. Quando escreve sobre os cabanos, conforme nos disse em conversa, ainda se considerava um historiador e isto é do tempo do seu livro mais importante: o sobre o Nordeste. Tempo e espaço são vertentes unidas na obra do Andrade. O sentido político da Guerra dos Cabanos está nitidamente associado ao agrarismo, entendido como uma rede espacial de ligações políticas com fundamentos na propriedade da terra.

É por isso que Andrade consegue verificar o trânsito do cabano para o camponês da Liga, trabalhadores de sindicatos rurais e para o surgimento dos semterra, movimento localizado na década de oitenta do século XX e legitimamente na esteira da reconstitucionalização do país. Manoel Correia de Andrade caminhava pelo chão com seus pés de intelectual e passando por inúmeros “acampamentos” como, além dos mencionados, *A Terra e o homem no Nordeste* (1964), *Nordeste, espaço e tempo* (1970), *A problemática agropecuária de Pernambuco* (1975), *Estado, Capital e Industrialização do Nordeste* (1981), *Tradição e mudança* (1983), *Geopolítica do Brasil* (1985), *Lutas camponesas no Nordeste* (1986), *O Nordeste e a Nova República* (1987), *A questão do território no Brasil* (1995) e outros tantos, especialmente pelo fato de que a discussão da questão regional – o elemento por excelência na obra de Manoel Correia – passa obrigatoriamente pela crítica ao agrarismo construído no próprio momento da montagem de produção, circunstanciado em um gradiente onde seria fundamental a divisão entre *plantation* e *não-plantation*.

#### AS CLASSES PERIGOSAS

A 22 de outubro de 1834, José Joaquim Machado de Oliveira foi nomeado Presidente da Província das Alagoas, tomando posse no dia 14 de dezembro de 1834 e deixando o cargo no dia 15 de maio de 1835, conforme nos disse Moreno Brandão (1975, p. 37). Ele apresenta sua *Falla* perante a recém criada Assembléia Legislativa Provincial no tempo dos finais da Guerra. É interessante ler o texto no qual comenta sobre os cabanos e notar a qualificação; a fala policialesca somava duas qualidades para defini-los: barbaridade e bandidos.

É possível entender o cabano como o bárbaro fora de lei. Isto não é difícil ouvir quando se fala dos semterra, vasta categoria coberta por

movimentos atuantes em Alagoas, como MST, MLST e CPT, que, aparentemente, não poderia ser movimento por ser pastoral. Ela é pastoral enquanto articulação com a hierarquia eclesiástica e movimento enquanto expressão organizada da sociedade civil.

As expressões utilizadas tinham por função excluir a ideia de luta de natureza política, lançando a Guerra no mundo do *banditismo urbano e rural* que foi, inclusive, objeto de estudo de Alberto Passos Guimarães (1981) que leva ao âmbito do lupemproletariado, expressão que teria surgido como categoria abrangida pelo marxismo em 1845 no seio de *A ideologia alemã* (Guimarães, 1981; p. 2). A expressão classes perigosas está, aqui e ali, em sincronia com a ideia de lupem.

Toda e qualquer sociedade onde haja por princípio a exclusão de setores dos benefícios da produção, produz o seu lupemproletariado, como enfocaram Marx e Engels em *As guerras camponesas na Alemanha*, texto de 1850 e lembrado por Guimarães (1981, p. 2): “[...] em suas formas mais ou menos desenvolvidas, constitui fenômeno comum a todas as etapas da civilização.”. Não é necessário que se desenvolva o sistema capitalista, para ter-se o estabelecimento de setores perigosos da população. A linha divisória está na possibilidade de acesso a bens e serviços, não cabendo apenas falar na existência de *outsiders* em oposição à *insiders*, mas no modo como são produzidos: estar *out* ou *in*, excluídos ou incluídos acontece quando se lida com uma construção social de acúmulo de riqueza e construção política da pobreza.

Claro que este lupem joga um papel político fundamental; ele não é algo passivo e nem definitivo, pois influencia a vida da sociedade e ao mesmo tempo se transforma, não sendo uma categoria estática. Os que estão excluídos, na realidade estão incluídos de uma determinada forma e jogam acentuado papel político, no sentido de que estão presentes no jogo do poder. Se este fundo do poço é confiável ou não, é outra história, mas deve ser notado que seu potencial de contestação é elevado.

O fato de ser ou não ser politicamente confiável é outra matéria. Ele está densamente situado urbanamente nas grandes concentrações e pelo descompasso interno da economia, cresce a gente de ponta de rua nas pequenas localidades, a maioria na dependência da sazonalidade das grandes culturas às vezes distantes com gente sertaneja, por exemplo, correndo para a mata e tabuleiros açucareiros.

A agressão da sociedade sobre esses segmentos da população tende a que eles se encaminhem de modo crescente para a marginalização social e legal. Neste contexto, os movimentos atuam numa perspectiva que os partidos políticos não conseguem: organizar o que estaria disperso e compor uma força política. A função do movimento é coordenar essa força dispersa que iria ser esvaziada e dar densidade à sua presença política, terminando com a destinação das gentes do fundo do poço econômico à cidadania, significando neste ponto do texto, a capacidade política de intervir no confronto de forma a acentuar linhas de mudança.

Jamais estaríamos afirmando que semterra é oriundo obrigatoriamente de setores do lupem, mas estamos discutindo como os movimentos dão força política ao que o sistema julgava incapacitado politicamente pela absoluta condição de despossuídos. Então os movimentos trabalham com uma mudança essencial no jogo do poder.

#### SEMTERRA E CABANOS

Estamos habilitados a voltar ao trato das semelhanças e diferenças entre semterra e cabanos. Afirmar que os cabanos eram os semterra de hoje, equivale a uma imagem. Uma categoria como os cabanos demandavam todo um aparato senhorial e os fatores do escravismo eram determinantes da posição política que eles vivenciavam e do tipo de luta que seria desenvolvida. Hoje, os fatores são de capital e bem mais do que a *plantation* na sua versão do século XIX, tem-se açúcar e álcool circunstanciados pelos fatores de capital, inclusive com grupos estrangeiros entrando no sistema, em face do papel internacional do álcool julgado como combustível alternativo.

Um dos fatores essenciais de diferença é a queda da mata que possibilitava a existência dos índios aldeados no Jacuípe, a possibilidade do aquilombamento de negros, a possibilidade dos fugitivos da justiça. A primeira providência efetiva para a destruição do poder da mata foi a colocação de uma colônia militar e que deu origem à cidade de Colônia de Leopoldina. É possível entender que o avanço do açúcar para oeste, somente começa de modo efetivo, quando se dá a liquidação da mata e abertura de estradas, ligando pontos brancos da área. O que vai acontecer na mata será o impacto da Colônia que vem no rescaldo da Praiaira,

nascendo em 1850, vivendo 15 anos, e plotada no centro da mata do Jacuípe conforme Moura (1869, p. 10).

Dois anos após o texto de Moira, surge a chamada Geografia de Espíndola dando corpo às informações almanaquistas que vinham sendo apresentadas desde Moira; esta obra remete para fora de Alagoas, como fizera Moura, o deslanche cabano, pois para ele, tratava-se da Revolução de Panelas de Miranda, coisa vinda do agreste pernambucano após Torres Galindo ter sido preso, passando a chefia a Antônio Timóteo que, segundo Bom-Fim (2001; p.236) era chefe dos índios. Como se nota, há uma continuidade de repasse de informações sobre a história, montada na relação de dominação, de vencedores. Escreve Maciel em seus comentários sobre Moreno Brandão:

[...] a escrita do passado de Alagoas termina por ser a que trata obrigatoriamente das relações de poder estabelecidas entre os grupos sociais, e sempre a partir do vencedor. Se a história comporta visões diferentes [...] não comporta a ponderação de projetos alternativos de sociedade, de contradições estruturais internas, de conflitos que – apesar de sufocados – revelam-se portadores de uma possibilidade de efetivação histórica que não se concretiza. (MACIEL, 2004, p 26).

Os semterra não são de mata; a noção de território de produção é outra, embora que ao se ler os mapas dos acampamentos e assentamentos atuais, nota-se concentração na mesma área cabana, o que não pode ser entendido como mera coincidência. Os cabanos não estavam limitados pela ideia de terra produtiva e nem tinham por objetivo realizar assentamentos; eram uma linha de guerrilha associada à proteção de um grande território; desejavam conservar fronteiras e dentro delas manterem-se. O papa-mel era de matiz diferente do semterra; ele, o semterra, encontra outra noção de território que somente se torna possível pelas formas de ingerências assumidas pelo capital.

É que a variação na matriz de produção refaz o contexto. E quando o contexto é refeito, os sujeitos assumem formas de expressão que, obrigatoriamente, não se repetem embora possam guardar similarida-

des. Na luta pela sobrevivência, os cabanos e os semterra determinam-se em face do regime de propriedade, mas fazem com razões, estratégias e táticas diferentes. Eles não se igualam, mas se identificam por um processo a que chamaremos de persistência de similaridades e vamos acompanhar, neste caminho, Marx: existem males herdados.

#### EM TORNO DOS DADOS DA CPT

Examinemos o caso da Comissão Pastoral da Terra. Será por coincidência que dos 16 assentamentos da CPT, cerca de 69% estejam na área direta e indireta da Cabanada? E cerca de 62% dos acampamentos do mesmo movimento? O conflito cabano deu-se densamente pelos lados do primeiro açúcar alagoano, justamente onde se fortaleceu importante núcleo conservador nascido à época da consolidação da Província e que pode ser visto com clareza pelos idos de 1817.

É interessante verificar mais de perto as informações fornecidas pela Comissão Pastoral da Terra pelo fato histórico da contradição fundamental entre uma velha e uma nova Igreja, o que jamais poderia fugir da tensão entre uma nova e uma velha teologia. As raízes brasileiras são integralmente católicas enquanto marcas brancas e de propriedade, estruturadas, basicamente, em função do verbo paroquiar e da manutenção das ordens e da grande legião de vigários colados e encomendados que faziam o que era chamado de pasto espiritual, ao qual, simbolicamente, juntamos o complexo da desobriga, ainda tridentina e de marcas, ao mesmo tempo, colonial pelas especificações que ganharam em nossas primeiras fases de formação.

Possivelmente a primeira versão historiográfica da Guerra dos Cabanos foi dada por Moira em seu texto sobre a Província das Alagoas, publicado na década de 40 do século XIX. Mas a sua *Falla* pronunciada em 10 de janeiro de 1836 já era proverbial. O tratamento é sobre a bandidagem cabana, a que realizou uma guerra ruínosa e, de fato, para o senhorial do açúcar realmente ela foi de impacto. O apaziguamento de parte cabana foi realizado por uma atividade religiosa, à época de extraordinária importância: uma visita episcopal.

Escreve Moira (1836; p. 5), sendo interessante guardar a imagem do quilombo que anda:

Terminou [...] o grande flagelo da ruínosa guerra de Jacuípe, concorrendo para isso [...] as diligências Apostólicas do Exm. Bispo Diocesano, sem a cooperação de quem o fanatismo sempre acharia sempre meios e motivos para sustentar a guerra, barbarizando o povo rude, e grosseiro, que sempre foi instrumento dos velhacos e perversos; hoje apenas vaga pelas matas um quilombo de negros fugidos capitaneados pelo mais sanhudo, e criminoso salteador, cujo número sendo a princípio de quarenta [...]

Conforme comentamos, Machado de Oliveira, em 1835, na sua *Falla* não se contém e chega às hordas de salteadores, devastadores, irracionais e assassinos:

[...] hordas de salteadores, embrenhados em extensas matas [...] que já perderam o ser de racionais, e que têm só por instinto, o roubo, a devastação e a morte. (OLIVEIRA, p. 1).

Moura será sucinto com relação à Guerra dos Cabanos em sua Saudação encaminhada a Pedro II quando esteve em Alagoas. Menciona apenas que surgiu durante a Presidência de Manoel Lobo de Miranda Henriques e desvirtua a natureza das lutas, colocando-a como derivada do eco de Pinto Madeira e leva também para o que chama de “rebelião de Pannels de Miranda” e isto será, segundo ele, “conhecida pelo vulgo com o nome de Cabanada ou guerra dos cabanos, que tanto sangue custou a esta e à província de Pernambuco” (1859, p.11). Tudo teria sido incrementado ao tempo da Presidência de Figueiredo Camargo e dirá comentando a Presidência de Machado de Oliveira:

Nesta administração terminou a renhida guerra civil de Pannels de Miranda na qual correu o precioso sangue brasileiro por mais de 3 anos e mais durára se o bispo de Pernambuco não usasse de sua intervenção indo às matas dirigir àquelas desvairadas ovelhas evangélicas do Divino Pastor, que as levaram ao arrependimento. (MOURA, 1859, p.8)

O rastreamento das atenções da Igreja para o contingente social do campo em Alagoas pode ser visto em profundidade no texto de Medeiros (2007) que estuda a formação do imaginário anticomunista; em Silva (2007), quando enfoca a escola de guerrilha em Pariconha e em Correia (2009), quando analisa o Movimento de Educação de Base na Diocese de Maceió.

Ao que parece, a CPT em Alagoas acentua algumas linhas de ação atualmente; a uma delas vamos chamar de Cabana, englobando parte da zona da mata e do litoral norte e ainda sem tendência definida de caminhar para a mata sul, quando outra frente seria aberta e mais facilmente ligável ao agreste. Por outro lado, consolida-se o Baixo São Francisco e o sertão, mormente nas grandes manchas de umidade, região serrana como Água Branca, onde já se teve a Matinha e, também, em busca dos pés de serra onde o sertão e o agrestado mais facilmente safrejam, como de so-bejo fala a música exemplar cantada por Luiz Gonzaga.

Evidentemente, os acampamentos, bem mais do que os assentamentos falam sobre a tendência atual, devendo ser notado que em torno de um terço dos assentamentos são sertanejos, onde, de modo privilegiado, tem-se os números de Água Branca e onde a CPT trabalha em torno de um quarto de seus assentamentos e 12% de seus acampamentos. A CPT ainda é atualmente de mata, mas ingressa fortemente no assertanejamento de suas ações e nisto encontra, também, os demais movimentos, indicando a ampliação sistemática da construção de territórios alternativos.

Embora grosseiramente, podemos aceitar a soma de assentamentos e acampamentos como um indicador do total de ações e teríamos a evidência do viés a Oeste, onde Água Branca passa a centrar, possivelmente, a expectativa de resolução do pleito sobre a terra, com menor ênfase no meio agreste, e articulando uma porção territorial que poderá incorporar Mata Grande, Pariconha e encontrando-se a noroeste com Delmiro Gouveia, onde facilmente se delineará a fronteira Oeste do movimento semterra, claramente estabelecida e articulada à que desce o baixo curso do Rio de São Francisco, mormente com seu encontro junto aos outros movimentos, devendo ser visto, que neste caminho para oeste, haverá o encontro denso com mais dois movimentos de reivindicação sobre terra: índios e quilombolas.

Nessa saída estratégica, a CPT vai encontrar-se com índios e quilombolas, parcelas étnicas com reivindicações mais ligada à tutela do estado, modo de uma integração ao direito público claramente posto constitucional, enquanto semterra obrigatoriamente seria a busca de um novo conceito para o direito de propriedade, extremamente difícil de caber na conformação liberal que se pretende para o espaço: a terra é do índio, a terra é do negro, mas o direito é do estado de coisas. Como pastoral a CPT terá de dialogar intensamente com os movimentos indigenista e negro, formas diferentes de atuação, mas que centram a questão da terra.

A mata vem sendo mantida como prioridade pela CPT, sobretudo a porção norte, mas sem dúvida há um acentuado deslocamento para oeste, refazendo o grande movimento realizado pelos índios e quilombolas, mas de modo diferente: o afastamento do açúcar de índios e quilombolas foi busca estratégica de sobrevivência e aparente desaparecimento, numa ação que, usando a linguagem popular e precisa para o caso, seria de invultamento.

Foi uma reação invultada, o que não se dá com a CPT. Ao contrário, a CPT está claramente acentuando o conflito agrário, único modo de tornar legítima a discussão, inclusive, da própria reforma agrária, pelo estreitamento que o sistema realiza nas malhas de ação; neste sentido, ela é um avanço frente aos trabalhos de sindicalização rural que chegaram ao SORAL em Alagoas, por via da Arquidiocese de Natal, por meio do Serviço de Assistência Rural. Possivelmente, a razão fundamental na superação esteja no modo de agir, no qual o meio é essencial como tática e, sobretudo, como enunciado estratégico. Ao que tudo indica, se fôssemos pensar em linhagem, a CPT deriva bem mais da solução pela via das Ligas Camponesas do que pelos Sindicatos Rurais, que foram decorrentes de uma fase da leitura realizada por parte da igreja sobre a relação entre liberdade e campo.

No sentido da ação da CPT, portanto, é possível notar o aumento da pressão na área cabana, a demanda que ela oferece em termos de acampamento, mas, por outro lado, demonstra-se a montagem de um pólo efetivo em Água Branca. Ao que se pode perceber, a CPT se encontra com o que poderemos destacar como grandes polos de atuação: Água Branca com 25% dos assentamentos, 12% dos acampamentos e 17% do que chamamos de ações. Este seria seu setor prioritário a Oeste.

Existem também os pontos centrais do que chamaremos de subconjunto palmarino dado pela contiguidade física entre Messias, Murici,

União dos Palmares, São José das Lages e Flexeiras, Joaquim Gomes somando 31% dos assentamentos, 42% dos acampamentos. Por fim, tem-se o subconjunto litoral, formado pela contiguidade de São Miguel dos Milagres, Porto de Pedras, Japaratinga e Maragogi com 32% dos assentamentos, 26% dos acampamentos.

É de se observar, que o polo Água Branca é conjunto de uma unidade apenas. Veja-se a acentuada posição de Água Branca no conjunto das ações da CPT e a sua plataforma sertaneja iniciada, ainda abaixo do porte médio das ações. Essa nova linha de operações está contraposta à de mata e litoral que se desenvolveram, segundo nossa hipótese, inicialmente, na busca da mancha territorial tradicional de conflito de terra entre tornados pobres e poderosos. É ainda a velha e antiga mancha palmarina e cabana.

É preciso deixar claro que, ao formarmos estes *clusters*, a lógica fundamental da união foi a contigüidade espacial, e que eles somente fazem efetivo sentido, na medida em que são vistos articulados como estratégia, clara ou não, da ocupação de áreas e que o movimento conjunto dos semterra vive uma rede de relações logística e política fundada entre eventos e probabilidades. Estamos chamando de evento aquilo que efetivamente aconteceu face ao objetivo que designaremos como final e que é a montagem do assentamento, não como definição do problema frente ao agrário, mas como comprovação de resultados políticos demandarem continuidade. Há um objetivo habilitante que é o acampamento e ambos fundam extrema complexidade de logística que vai afetar a tática.

A cada evento que se realiza, há a geração de uma demanda específica e a necessidade de adequar possíveis termos de uma equação, cujo resultado seria o bom andamento político para os movimentos. Os acampamentos são termos de pressão cuja lógica é diferenciada dos assentamentos que deveriam, também, estarem na linha de demonstração de resultados e servirem como elementos de impacto na estrutura que os circunda e na qual acontecem. Manter esses assentamentos e cultivar a probabilidade de novos é um desafio e gera uma tática que o poder de mando realiza: o desconhecimento dos assentamentos como efetivas inovações agrárias, desde que ele, o poder de mando, é a salvaguarda do próprio agrarismo.

Então, o mais desejado pelo poder, no fundo, é que fracassem os assentamentos; no fim do túnel, para o mando político, é difícil existir a

possibilidade de conter a probabilidade (acampamentos) de novos assentamentos e, então, a estratégia é esvaziar o evento e dar suporte a um terrorismo de resultados, com as táticas mais diversas. E nisto, ao estarmos pensando que ainda existe a mentalidade estatal de gerência efetiva de resultados de planejamento, como se houvesse a fabricação de resultados sociais que imponderem as condições políticas da sociedade civil.

Os movimentos vivem a expectativa integral dos seus eventos e de suas probabilidades e são obrigados por isto a dois tipos de ação: administrar eventos e construir prováveis novos ventos. Ora, a partir daí, o terrorismo *argumentatório* passa a negar a própria condição de movimento e a transformação dele em máquina administrativa de subversão. O jogo da retórica passa a ser utilizado para incriminação jurídica, descaracterização da natureza política e esvaziamento de quaisquer de seus resultados, no que se demonstra a peculiaridade de que nunca o Estado pode ser considerado parceiro, restando, dentre outras, uma pergunta crucial: o que fazer com ele? Será que ele deve ser peitado para esclarecer-se e definir-se taxativamente perante os movimentos e a sociedade civil, dando seus termos do que seria a sua política agrária e nela o que pensa sobre os assentamentos?

O importante é que os movimentos se veem na dupla operação de manter e avançar, cabendo perguntar quais seriam seus limites; haveria elasticidade em termos de condições operacionais para quanto de ação? Esta pergunta inquieta e soma-se ao que deve acontecer na relação com o Estado e com a sociedade civil. O fato é que ao lidar com a terra e com trabalho, os movimentos atingem a base da matriz de produção.

Uma observação realizada por Carvalho (2010) deve ser levada em consideração: o grande problema de Alagoas é a terra ou, na realidade, continua sendo a terra, o modo como a propriedade guarda em si a representação estratégica das contradições estruturais; é esta persistência do agrarismo alagoano que nos leva à existência de um modo típico de organização do poder local, aquele que domina sobre o direto do cotidiano, integrado às suas formas de vida e que devem, por consequência, serem refeitas.

Durante anos, em disciplina chamada Realidade Alagoana, ministrada no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas, estivemos a discutir alguns elementos para a caracterização de nosso pro-

cesso histórico, como o controle da mudança que a faz ser extremamente lenta no Estado e a condição privilegiada que o poder local encarna, com a própria organização urbana a torná-lo um gráfico no seu traçado de áreas privilegiadas pela renda, a montagem de seus núcleos de serviço e a construção da chamada gente de ponta de rua. E dizíamos nestes anos de disciplina, que o poder de dominar estava garantido pelo controle da terra e equivalia à redução ao local, por via da terra, do que se fazia provincial por via do Estado.

Espanta listar a persistência de fatores coloniais a desarticularem o chamado desenvolvimento e todos giram em torno da questão da terra; como se fosse uma espécie de mágica política, é possível continuar a ver, simbolicamente, por exemplo, o extremo poder da moenda, mudando o que deve ser mudado, que ainda estava consignado no Regimento de Thomé de Souza. É claro que se deram mudanças como lembra Albuquerque; a imagem utilizada quanto ao Regimento, ressalva o grande poder da moenda como definição de relações para o açúcar. Então, o semterra infalivelmente continuará a demonização; nós ainda temos uma política dominante que por saber claramente dos problemas, não escapa da síndrome do medo e dos temores pânticos a que nos referimos em nosso estudo que cobriu a área cabana, louvando os temores pânticos em texto de Moacir Santana.

A demonização do semterra guarda uma ligação intrínseca com a demonização do cabano, pois ambos estão concebidos pela diabológica, o que derivamos da causalidade argumentada por Poliakov (1991). Não existe maior afronta ao poder, do que o desalojamento das razões de propriedade, pois isto equivale à reinvenção do sistema e a expressão semterra leva ao âmago da organização da matriz de produção contendo, em si, os fatores essenciais da propriedade e da força de trabalho.

Para esta questão da terra, chamou atenção Albuquerque (2009) com seu texto de análise basicamente da área de Atalaia e que pode, na sua conformação geral, ser levado pelo menos como hipótese a discutir as diversas situações locais que se geram nas chamadas comunidades açucareiras. Neste contexto, a ideia de assentamento, bem mais do que a de acampamento, é uma cunha pela demonstração de que pode ser possível uma nova organização do cotidiano.

Cotidianizar o assentamento é uma tarefa urgente, pois subverte a malha do poder local dando-se a saída do enclave para o diálogo com uma nova forma de produção. O assentamento – e bem mais do que o acampamento – seria um novo termo para a leitura tanto do campo como da cidade, forma de cotidianizar o semterra, não vê-lo apenas como demonstração de um conflito, mas também como foco aliciativo, fazendo com que, inclusive, da relação entre assentamento e acampamentos apareçam os intelectuais orgânicos que não devem existir como se fosse importações de outras circunstâncias, por exemplo, acadêmicas.

Há inteligência suficiente entre os semterra e suficiência cultural para o entendimento do mundo e formulações sobre ele, gerando a possibilidade de um contato de base em que se fundamente um diálogo esclarecedor da nova circunstância junto à população, ajudando a ampliar a faixa do coletivo. Uma intelectualidade semterra é tão fundamental quanto um acampamento ou assentamento. Esta ampliação ajuda a fundamentar o partidismo, no mesmo sentido que França (2009) – ao vir de Gramsci –, argumenta para o MST, no sentido de um sujeito coletivo.

Sem qualquer exclusivismo, uma intelectualidade semterra é absolutamente necessária no assentamento cuja história deve estar fundada na sua condição particular e no conjunto da luta do próprio movimento. É esta história, a que se deve dar a entender pelo diálogo no local. O que se deve ter é um deslocamento do *habitus* e entender que todo o assentamento é a sua própria escola. Na verdade, deve ser procurado o orgânico, conforme se pode derivar de Sampaio (2009).

Existe uma acentuada marca semterra em Alagoas, e a fundamental instrumentação da mudança está no fato de que a propriedade deixa de ser absoluta nas mãos senhoriais; existe a demonstração cabal de que não é possível somente desafiar, mas conquistar. Isto, sem dúvida, é extraordinário em termos de mudança. O monolítico da associação entre propriedade e poder, cerne do agrarismo, começa a ser transformado.

Temos assentamentos em torno de 40% dos municípios do Estado e eles estão em todas as mesorregiões, com menor número no miolo agreste. Não importa o tamanho econômico, a participação na produção: importa o político que o fato representa, a demonstração efetiva de que é possível estar nas entranhas do que parecia monolítico: a forma

como propriedade está articulada ao poder. O assentamento significa a possibilidade de se pensar uma nova realidade comunitária de produção e o grande e urgente desafio é como habilitá-los a produzir sem reduzi-los ao esquema típico de subordinação dos pequenos na grade do *business* que invade uma outra ideia cara ao sistema: a cadeia produtiva, possivelmente verdadeira em sua lógica sistêmica, mas insuficiente para os territórios livres que são os assentamentos.

É salutar a diversidade de sujeitos coletivos derivados de leituras da realidade e montagem diferenciada de estratégia e tática. Isto dá ao conjunto do movimento uma extraordinária possibilidade de gerar propostas as mais diversas, mas cedo ou tarde, não importa onde e por quem, esta questão focal do assentamento vai ter caráter prioritário e deverá armar, infalivelmente, uma grande ponte de diálogo em torno do assentamento que nos convém e que, pelo menos a nosso ver, deve portar as seguintes valorações de natureza política: a) demonstrar-se como instrumento de democratização do sistema, mas não no sentido de a ele conformar-se e sim fundado no que se poderia chamar de re-formulação; b) a possibilidade de ter seus efeitos de demonstração atingindo o seu complexo de relações imediatas; c) a postulação crítica sobre o poder local e, finalmente, d) a manutenção da ideia de rentabilidade sem cair na condição do lucro que é renda do capital.

Parece-nos que seria de bom tom a discussão de como se daria uma justa retribuição ao que vamos chamar de coletivo da força de trabalho e tentar evitar os apelos do desenvolvimentismo oficial, sem deixar de lidar com o Estado que é uma evidente variável no conjunto das forças. No fundo, tudo passa pela impossibilidade de se transformar o assentamento em uma estrutura atomizada, devendo haver algo que funde a ideia da *comunitas*, estruturada na consciência política de efetiva pertença. Neste sentido, seria interessante fazer uma leitura acentuada do que Santos (2009) realizou sobre o MTL.

A partir deste ponto, torna-se necessário verificar que ser do assentamento não é estar na área do assentamento, envolvendo, por consequência, a nítida consciência de que se trata de novo espaço e um espaço que se argumenta e que se prova, demonstrando a sua condição diferenciada no contexto do agrarismo que se faz ainda enfaticamente presente no jogo político em Alagoas.

## EM TORNO DA DISTRIBUIÇÃO DOS ASSENTAMENTOS

O assentamento passa por uma pergunta essencial e sempre preliminar: o que faz um semterra ser um semterra? O assentamento jamais poderia anular a experiência anterior que o justifica, esvaziando-se na proposta de uma reforma agrária que lhe é acenada na medida em que se deseja transformá-lo em com terra e sem resultados. Muito mais do que estar no âmbito da reforma agrária, o acampamento, como argumentamos, é um novo espaço político e que deve discutir com urgência a sua própria natureza ou o seu modo típico de, sendo político, realizar-se, também, em função da ordem de produção.

Na verdade, temos um número expressivo de assentamentos: são 156 arrolados pelo INCRA em Alagoas, significando 104.532 hectares de terra. O tamanho não é fundamental mas cresce o significado dos números ao pensarmos no universo de famílias, e que devem ser entendidas como agentes de transformação pelo nível de consciência que devem vivenciar. Existe um grande município semterra implantado em Alagoas.

Isto em função do trabalho coletivo e não necessariamente harmonizado da Central das Associações de Agricultura Familiar, Comissão Pastoral da Terra, Movimento de Libertação dos Semterra, Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, Movimento dos Semterra. Na realidade, mesmo os assentamentos gerados sem a participação direta desses movimentos, devem ter vivido a circunstância histórica definida por eles. Os semterra são a grande novidade impactando a mesmice da política nacional.

Alguns deles não contaram com a participação efetiva dos movimentos, mas não podem estar fora do clima de conquista, por mais distante que o assentamento viva em suas origens. Há uma marcha histórica e eles se localizam neste perfil genérico do momento agrário que inaugura a temática dos semterra que se desenvolveu no Estado.

Não se pode marcar um padrão de ocupação em municípios; há uma extrema diversificação, especialmente trazida pelo porte máximo que é representado pelo Município de Maragogi, onde se tem o maior número de unidades: 18 ou cerca de 12% (n=156) dos assentamentos em Alagoas. Deste modo, os desvios em torno da média são altos, especialmente se levarmos em conta o fato de que 78% das unidades se encontram na classe entre 1 e 5 (inclusive) pontos territoriais.

Isto leva a que a média não seja a medida mais apropriada para que se possa pensar sobre a tendência central da distribuição territorial dos assentamentos pelos municípios alagoanos ou, vamos chamar assim, territórios livres dentro da estrutura agrária alagoana. É preferível trabalhar com o valor mediano que é de dois territórios por municípios em Alagoas com territórios livres. Sabe-se que este valor não é afetado por extremos e que divide a distribuição exatamente na metade. Desse modo é possível pensar em dois grupos de municípios divididos abaixo e acima do valor mediano. Inclusive, fundados nos valores quartílicos, é possível ver quatro grupos, gerando maior detalhamento na formação de conjuntos que se ponderam pela contiguidade lógica de seus valores e não pela contiguidade espacial. Não se tem territórios apenas por via da contiguidade.

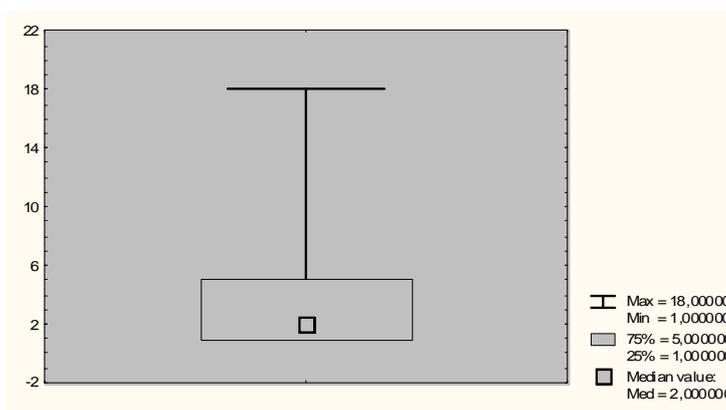


Gráfico 1: Diagrama de caixa da distribuição dos assentamentos em Alagoas por municípios.

Fonte: INCRA – Alagoas (Dados brutos).

Em face da presença de assentamentos e os valores quartílicos, é possível obter quatro grupos de porte municipal de presença de unidades de reformulação da estrutura agrária em Alagoas, levando-se em conta, no entanto, que essa variável ou elemento político em consideração não esgota a representatividade dessa mesma reformulação. O primeiro conjunto estaria sendo formado por municípios com até 1 assentamento, sendo seu limite superior dado pelo valor do Quartil 1.

Nele estará o quarto menos expressivo ou os 25% dos municípios com menor presença de assentamento. Vamos titular este conjunto como

Grupo de Baixíssima Expressão de Assentamentos. É nele que se pode ter o perfil da menor participação no que chamaremos de rede de assentamentos em Alagoas, uma rede cujas ligações ainda não estão claras, mas que existe como profunda inovação.

O segundo grupo teria seu limite traçado entre os valores do Quartil 1 e Quartil 2 (Mediana) ou entre mais de um assentamento até dois e o chamaremos de Grupo de Baixa Expressão de Assentamentos. O terceiro é formado pelos municípios cujos assentamentos fiquem no limite entre o valor da mediana e o valor do Quartil 3 e vamos chamá-lo de Grupo de Alta Expressão de Assentamentos com intervalo entre dois e cinco; finalmente, temos o Grupo de Altíssima Expressão de Assentamentos comportando os 25% dos municípios de maior porte de evidência de mudança.

O Grupo de Baixíssima Expressão de Assentamento encontra-se em todas as mesorregiões mas a sua maior expressão é a Leste, onde localizam-se 57% (n=15) dos seus núcleos. Ora, a evidência ainda é do Leste e nele, tem-se a área direta ou indireta dos cabanos como a principal referência, somando o que seria a Micro região Serrana dos Quilombos, a do Litoral Norte e parte da Microrregião de Maceió. Então, é possível considerar que até mesmo na área de baixíssima expressão de assentamentos, tenha-se o foco na região cabana, tomando-se o Sertão como frente de expansão e o Agreste estando ligeiramente integrado. Seus dados são nitidamente demarcados pela posição do assentamento de Jequiá da Praia, cujo tamanho é desusado, pois representa em torno de 66% (15.394,863) da área do grupo e 10% (n=104.523) da área do conjunto total dos assentamentos.

A primeira linha e a mais densa de confronto dá-se por onde o açúcar se estabeleceu como área central de produção e séculos após, pelo avanço tecnológico, tomou a diretura dos tabuleiros, avizinhandose do agreste, penetrando a oeste, na medida em que passa a prescindir dos limites dos vales e do massapê.

A área assentada no agreste desse conjunto é diminuta, praticamente insignificante estatisticamente, mormente pelo peso relativo inusitado do que se encontra registrado para o Leste e, especificamente, como comentamos, para Jequiá da Praia. É possível pensar que a forma da colonização ou da montagem de produção incidiu diretamente no modo como se dá a inovação territorial livre no ambiente agrário e isto aconte-

ce de tal forma que na base ou no topo do sistema, o leste açucareiro se avulta: o tradicional leste das matas e o recente leste dos tabuleiros.

O conflito pelo sertão ocorre em outra base de riqueza e hoje, com a queda do algodão, dá-se na pecuária possível que sobrevive dentro das condições de água e solo peculiares à área e circunstanciada pelo estio. No mais, a agricultura de subsistência é também profundamente demarcada pela seca. É assim, que o leste detém uma razão entre hectares e assentamentos acentuadamente maior, seguindo-se pelo sertão.

Não há rigidez no planejamento de ocupação e então tudo vai ficando aleatoriamente distribuído, a partir das ações dos movimentos. No entanto, o resultado territorial monta uma rede que, necessariamente, é diferente dele, o assentamento. A rede é diferente embora composta por ele. Neste sentido, ele passa a ser definido como unidade em relação e ela, a relação, se faz entre eles e entre eles e seu contexto. Deste modo, os assentamentos são relações que devem ser maximizadas e, grosso modo, podemos sentir a magnitude das relações na medida em que consideremos que ela se faz, no mínimo, em face de uma população e a uma produção.

O grupo de baixíssima presença<sup>2</sup> de assentamentos lida com a população de sua área e com o volume da riqueza que é gerada, devendo funcionar como ponto de apoio para uma intervenção de natureza política sobre o poder local. Ele contracena com uma população total de cerca de 200.664 pessoas, das quais se tem 129.114 no campo. Ele é marcadamente a mesorregião do leste que engloba 71% dos territórios alternativos da área baixíssima em concentração. 83% dos hectares incorporados, contracenam com 57% da população total do conjunto do segmento e com 48% da população rural, bem como 61% do PIB do grupo que atinge, no total a R\$1.084.211<sup>3</sup> de acordo com das dos brutos da SEPLAN/AL (2009).

Não estamos desejando relativizar a importância de territórios pelo tamanho da população e pela expressão do PIB; descritivamente, estamos apenas focando esses pontos para dizer que há uma ordem obrigatória de relação estabelecida entre assentamento, população e PIB e que, neste grupo, necessariamente o Leste se impõe e, dentro dele, o território asso-

<sup>2</sup> Palmeira dos Índios, Tanque d'Arca, Anadia, Cajueiro, Colônia Leopoldina, Ibatiguara, Jequiá da Praia, Messias, Novo Lino, Passo do Camaragibe, Penedo, Cacimbinhas, Craíbas, Jacaré dos Homens, Mata Grande.

<sup>3</sup> Por R\$1.00,00

ciado à Cabanada, onde se deve dar privilegiamento ao Serrano dos Quilombos e ao Litoral Norte.

O conjunto dos municípios de altíssimo<sup>4</sup> presença na construção de territórios alternativos tem apenas um registro de unidade no agreste, sendo composto por 9 municípios, com 3 deles sertanejos. A grande diferenciação entre os altíssimos e os baixíssimos está na prática exclusão do agreste, mas sem dúvida, em ambos, há um peso sobre a área cabana. Isto significa que estando no máximo da pressão ou no mínimo sobre a conquista de área, a Cabanada de Manuel Correia de Andrade volta à tona, firmando-se a mata e o serrano dos quilombos, conjugados ao Leste que se transformou, pelo tabuleiro, praticamente dando-se um corredor contínuo de açúcar, no que se remonta a expressão do antigo território açucareiro nordestino que, no século XVIII e em termos da Capitania de Pernambuco, seguia da foz do São Francisco até pelas bandas do Vale do Ceará Mirim. Refaz a própria divisão territorial de produção alagoana, posta nos meados do século XIX.

#### TERRITÓRIOS ALTERNATIVOS E MESORREGIÃO

Estes territórios alternativos que totalizam cerca de 156 pontos e distribuídos em 41 municípios estão centrados em classe que vai até cinco pontos e nela estão 71% dos municípios. Essa poderia ser considerada a classe modal de novos territórios, distribuída em cerca de 20 unidades administrativas do Estado, conforme já dissemos. Como estariam por mesoregião? São territórios essencialmente do Leste onde estão localizados cerca de 66%. Como constituir a rede? Esta é uma questão essencial, em face da possibilidade de entender-se que o fracionamento tenderia a enfraquecer o sistema, pelo seccionamento do conjunto, seja ele montado pela lógica classificatória, seja ele montado em face da contiguidade espacial.

<sup>4</sup> Água Branca, Belo Monte, Delmiro Gouveia, Girau do Ponciano, Atalaia, Flexeiras, Maragogi, São Luiz do Quitunde, União dos Palmares.

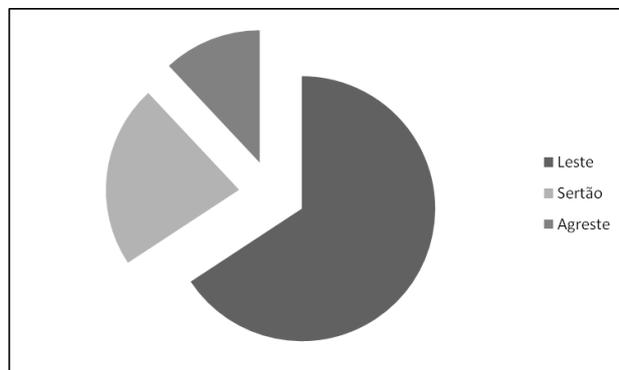


Gráfico 2: Assentamentos por mesorregião em Alagoas.  
Fonte INCRA: dados brutos.

Se for verdadeiro que se deve passar a trabalhar a rede e território, duas providências integradas seriam imediatas: os movimentos decidirem a estratégia que deverão executar e, então, considerarem a integração como formulação básica. A rede necessitará de um gerenciamento que respeite uma dupla característica: a condição intrínseca ao local e a condição articulada onde, sem perda de identidade, haja o concerto alternativo sobre aquilo que o conjunto necessite decidir. Isto nos leva a pensar que o ente político chamado assentamento necessita de um exame aprofundado sobre sua natureza, para possibilitar pensar sobre a integração como forma de presença política, sem anular as especificidades dos movimentos, que deverão, com urgência, delinear o matizamento ideológico.

Essas redes (movimento específico e movimento geral) terão que definir, dentre outros pontos, a pressão sobre o Estado que vem sendo feita no sentido operacional das reivindicações imediatas. O grande confronto com o Estado está no Planejamento. É mais do que sabido quanto é baixa a força política que o planejamento sempre teve em Alagoas; no entanto é ele quem deve, como a principal instrumentação ideológica do poder, reconhecer o semterra como sujeito político em inovação no agrário. Jamais estaríamos argumentado que a pressão imediata deveria parar, mas, sem dúvida a manifestação categórica do que o Estado pensa é absolutamente necessária bem como o pensamento do atual usuário do Estado que é o conjunto de forças que apoiam o governo.

Nós estamos diante da evidência de que a inovação se encontra posta; deve, sem dúvida, ser ampliada, mas o que fazer com o assentamento – entendido como uma sociedade alternativa – é a grande questão. Há um envolvimento com 104.532 hectares, dos quais 66% estão a leste, 13% no agreste e 21% no sertão. Aliás, aí se coloca um outro problema: como se deve ponderar o aspecto político da ocupação com a viabilidade do assentamento em áreas de acentuado risco produtivo.

#### EM BUSCA DE CONCLUSÃO

A montagem da produção em Alagoas privilegiou a Mesorregião Leste, em termos de concentração de poder. Ela soma a mata, o litoral e o último trecho de percurso do Rio São Francisco em diretura à foz, fazendo-se algodoeira e, sobretudo, açucareira no que diz respeito ao resultado da produção econômica. A ordem agrária centrou seu poder no açúcar, apesar de que ele não foi o único grande componente na geração interna de renda e nem a exclusiva presença vital na pauta de exportação.

Para entender Alagoas, supomos ser preciso aceitar que algodão e açúcar cumpriram fundamentais funções econômicas, parecendo-nos que a renda proveniente do algodão sempre foi mais equilibrada do que a gerada pelo açúcar. Estamos examinando as séries históricas, se isto for verdadeiro, é possível discutir que o componente de base do sistema era o algodão, mas o poder de fato, ao pensarmos no conjunto provincial, sempre foi o do açúcar. Pelo que esperamos, – o que é correto, inclusive, para um determinado período –, as alterações do açúcar estavam contrapostas à maior rigidez no comportamento do algodão. Verdadeira ou não a hipótese que está sob investigação, poder e leste sempre foram de maior implicação nos negócios provinciais do que poder e agreste e sertão, até mesmo pelo fato de Leste mesclar-se em produção.

Sertão e agreste sempre foram vistos como espécies periféricas. E eles foram fundamentalmente algodoeiros e boiadeiros, mas os grandes rasgos políticos desde o século XVI, jamais foram aprontados no oeste. Ocupação holandesa, Palmares, os sinais de 1712, 1817, 1822, Sedição de Porto Calvo, Abdicação, Confederação do Equador, Cabanada, Pereira, a Revolta de Imperatriz, Pesos e Medidas, Registro são elementos que foram nitidamente do Leste, apesar de que parte da elite do açúcar, numa

visão de parentela, estirava-se pelos sertões, o que pode ser visto, por exemplo, a partir do núcleo liberal que se forma na ramificação de parentelas a partir de São Miguel dos Campos, atingindo até mesmo os sertões pernambucanos.

Ao lermos os escritos – inclusive atuais – sobre a formação histórica de Alagoas, a impressão que se tem é que a escrita, insuficiente, esconde agreste e sertão, que surgem, aqui e ali, no século XX, mas, sem dúvida, desenvolvia-se uma história de alicerces enfaticamente locais, integrando-se a uma malha provincial, embora não haja esclarecimentos sobre a natureza dela e onde, sem dúvida, a noção política do complexo da parentela – retrabalhando-o conceitualmente – ajudará a entender.

Na verdade, o conflito de terra se estabelece na medida em que se monta a matriz de produção, com a cana de açúcar gerando a liquidação do chamado caeté, possivelmente uma designação geral para grupos de língua travada. A *liquidação* desse caeté ou desse conjunto indígena é o que libera terra para o açúcar e facilita a penetração a Oeste. Feito este movimento inicial teve-se o conflito permanente com os índios sobre suas terras, um longo e denso período que não se findou, em que se viveu e vive diversas fases.

Nos começos da matriz de produção, tivemos, por exemplo, os engodos com os índios de Santo Amaro e na consolidação, é possível verificar o que aconteceu em 1872 com a decretação do fim dos aldeamentos (ALMEIDA, 1999). Um outro grande movimento na construção do conflito, foi o Quilombo dos Palmares, a mais ampla sociedade alternativa que Alagoas teve, área de terras consideradas de riqueza e na posse dos negros, e que serão matéria de acentuada disputa branca e senhorial.

É fundamental verificar que o conflito em termos de terra passa, necessariamente, pelas etnias e se prolonga pelas disputas atuais com relação aos povos indígenas e com relação aos quilombos que se retornam. E note-se que atualmente, quilombo e índios são sertão e agreste; de índios pelo Leste, temos apenas os Wassu Cocal e os Xucuru-Kariri. Os cabanos foram parte deste conflito e eles englobaram as etnias e mais o rebotalho branco.

Semterra não é qualquer novidade porque a categoria é inerente à propriedade, ao sistema que se constitui no agrarismo alagoano e está na base do conflito agrário. A novidade é a forma e a expressão política

que assume, nas características do rumo do capitalismo nacional e na contrapartida das suas formulações ideológica em termos de uma social democracia ou a procura tropical do *welfare state*. É nesta complexidade que transita o semterra.

O conflito agrário necessariamente se estabelece com maior amplitude, no qual se encontra a formação básica da riqueza, e, aí, está o Leste das Alagoas por onde existiam os cabanos brilhantemente vistos por Manuel Correia de Andrade. Os movimentos perpassam a rigidez das interações espaciais do século XIX, o que será realizado a partir da segunda metade do século XX. São diversas as posições sertanejas e agrestinas, o que amplia a necessidade de cuidados, para que se tenha os resultados dos assentamentos.

É preciso deixar claro que não há qualquer subversão ao sistema. A ordem legal é obedecida, existe uma Vara Agrária e nenhum de tais assentamentos é estabelecido sem que seja oriundo de um processo de desapropriação, compra e venda, transferência ou doação. Então, o que se combate na realidade é a ideia democrática que o semterra significa, como legítima expressão de uma parcela da sociedade civil que se organiza em termos de seus direitos. Pelos dados fornecidos pelo INCRA, cerca de 69% (n=144) dos assentamentos foram gerados a partir de desapropriação e 28% a partir de compra e venda; da compra e venda, 77% dos casos foram no Sertão e 21% no Leste. É inequívoca a forma da regularização jurídica do processo. Nada de criminoso existe, no sentido de afronta à ordem legal.

Se por um lado existe inovação no sistema, os assentamentos são recentes e partem do quinquênio de 1985 a 1990; no quinquênio 2005/2010 tem-se o maior número de determinações judiciais. Isto nos leva a pensar na pouca experiência que se tem de uma agricultura coletiva e da muita cobrança que é feita sobre os assentamentos que indistintamente estamos chamando de territórios livres e sociedades alternativas, por se demonstrarem politicamente, justamente, como alternativa ao modo de produção vigente, tendo que viver a sua rede externa e a sua rede interna; ela é uma proposição sobre o modo de organização da produção.

Foi assim a Cabanada, sem evidentemente os reforços teóricos de hoje. Manuel Correia de Andrade demonstrou como o político poderia ser transformado em bandidagem; Lindoso comenta, com propriedade, o fato de que Andrade descriminaliza o cabano (1993). Possivelmente, a

maior contribuição de Andrade tenha sido entender a condição política do cabano e a escrita descriminalizá-lo. É este mesmo passo que Andrade empreende com relação ao semterra; ele encontra o elo histórico, o que Ianni chamaria de inacabado.

Quando Moira em 1844 com seu tipo de historiador (ALMEIDA, 2009) retorna à Cabanada, ele não fundamenta razões absolutistas; ele vai direto para a história da dominação realizada sobre os índios do Jacuípe, que se interligam depois à Panelas. Era o povo do mato mesmo que se havia rebelado, ou, como desejamos relembra, caeté, qualquer coisa assim como gente do mato. Não é que os cabanos continuam nos semterra mas encontram-se historicamente no mesmo campo de luta e pela mesma batalha.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. *Cana, casa e poder*. Maceió: Edufal, 2009.

\_\_\_\_\_. *A cana-de-açúcar e a sua contribuição para a formação social de Alagoas e do nordeste brasileiro – um breve ensaio*. PALAVRAMUNDO, V. 1 , n. 1, 2007. Disponível em: <http://palavramundo.frm.edu.br>. Acesso em: 10 jan 2009.

ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). *Os índios nas Falas e Relatórios provinciais das Alagoas*. Maceió: Edufal, 1999.

\_\_\_\_\_. Quilombo e política. In: MOURA, Clóvis (Org.). *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. Maceió: Edufal, 2001.

\_\_\_\_\_. (Org.) *Mata e Palmares nas Alagoas*. Maceió: Edufal, 2004.

\_\_\_\_\_. Uma bela figura humana e um rígido senso crítico. In: CAVALCANTI, Clóvis; RIBEMBOIM, Jacques; RIVAS, Lêda. *Manuel Correia de Andrade: um homem chamado Nordeste*. Recife: Bagaços, 2008

\_\_\_\_\_. *Memorial Biographico de Vicente de Paula, o capitão de todas as matas*. Guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceio: Edufal, 2008.

\_\_\_\_\_. Um pequeno comentário sobre Moira. In: TENÓRIO, Douglas Apratto (Org.) *Opúsculo da descrição geographica, topographica, phizicqa, política e histórica, do que unicamente respeita à província das Alagoas no Império do Brazil*. Maceió: Cesmac/Edufal, 2009.

ALMEIDA, Luiz Sávio de; VANDERLEY, Damir da Costa; COSTA, Alexandra Márcia. *Breves notas sobre a distribuição territorial de semterra em Alagoas*. Manuscrito. Projeto em desenvolvimento.

ANDRADE, Manoel Correia de. *Pernambuco e a revolta de Pinto Madeiras*. Recife: Edições Nordeste, 1953.

\_\_\_\_\_. As sedições de 1831 em Pernambuco. *Revista de História*, n. 28, São Paulo, 1956.

\_\_\_\_\_. *A Guerra dos Cabanos*. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

\_\_\_\_\_. *Nordeste, espaço e tempo*. Petropolis/R. J. : Vozes Limitada, 1970.

\_\_\_\_\_. *A problemática agro-pecuária de Pernambuco*. Recife: Universitaria, 1975.

\_\_\_\_\_. *Estado, Capital e Industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

\_\_\_\_\_. *Geopolítica do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1985.

\_\_\_\_\_. Geografia do Quilombo. In: MOURA, Clóvis (Org.). *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. Maceió: Edufal, 2001.

\_\_\_\_\_. *O Nordeste e a Nova República*. Recife: Editora ASA, 1987.

BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às ciências sociais*. 7. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

BECKER, Bertha K.. Geopolítica da Amazônia. *Estud. av.*, São Paulo, v. 19, n. 53, Apr. 2005. Disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br). Consultado em 28 Jan. 2010.

ESPÍNDOLA, Thomaz do Bom-Fim. *Geografia alagoana, ou descrição física, política e história da Província das Alagoas*. Maceió: Catavento, 2001.

CARVALHO, Cícero Pérciles de. *Informação verbal*. Coletada em conversa telefônica. Maceió, 15 de jan. de 2010

CARVALHO, Marcus. *Hegemony and rebellion in Pernambuco (Brazil), 1821-1835*. Urbana-Illinois, USA, 1989 (mimeografado)

CORREA, Alba. *O movimento de Educação de Base em Maceió*. Maceió (AL), 25 ago. 2009. Depoimento prestado ao Grupo de Registro da Memória Alagoana.

COSTA, Wanderley Messias da. *Geografia política e geopolítica: discursos sobre território e o poder*. São Paulo: EDUSO, 1990.

FRANÇA, José Nascimento de. *Projeto Democrático Socialista do MST*. Maceió: Edufal, 2009.

FREITAS, Décio. *Os guerrilheiros do Imperador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais. A construção da cidadania dos Brasileiros*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

KENT, R .K. Palmares: an African State in Brazil. *Journal of African History*. V1, 2 (1965). Disponível <http://www.jstor.org/pss/180194>. Acesso em 01 jan. 2010.

LEVIN, Jack. 2ª Ed. São Paulo: Habra.

LINDOSO, Dirceu. *A utopia armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

MACIEL, Oswaldo Batista Acioly. *Moreno Brandão e sua História de Alagoas: Alguns dados, uma outra leitura*. In: BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas*. 3. ed. Açapiraca: EDUAL, 2004.

MARX, Karl. Manuscritos econômicos e filosóficos. In: GIANOTTI, José Arthur (Org.). *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MEDEIROS, Fernando Antônio Mesquita de Medeiros. *O homo inimicus: Igreja católica, ação social e imaginário anticomunista em Alagoas*. Maceió: Edufal, 2007.

MOIRA, Antônio Joaquim de. Fala e Relatório com que abriu a segunda Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa da Província das Alagoas, o Presidente da mesma Província Antônio Joaquim de Moira, em 10 de janeiro de 1836. Maceió: José Simplício da Silva Maia, 1836. In: MOURA, Clóvis. *Organizações negras*. Disponível em [http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/o\\_povo\\_em\\_movimento\\_6.pdf](http://www.cebrap.org.br/imagens/Arquivos/o_povo_em_movimento_6.pdf). Acesso em 01 jan. 2010.

\_\_\_\_\_. *Sociologia política da guerra camponesa de Canudos*. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. Maceió: Edufal, 2001.

MOURA, José Alexandrino de. Saudação. In: GAMA, Agostinho Luiz da. *Fala dirigida à Assembleia Legislativa da Província das Alagoas na abertura da sessão ordinária do ano de 1859, pelo Excelentíssimo Presidente da Província, o dr. Agostinho Luiz da Gama*. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1859.

\_\_\_\_\_. Apontamentos sobre diversos assuntos geográfico-administrativo da Província das Alagoas. In: JÚNIOR,

José Bento da Cunha Figueiredo. *Relatório lido perante a Assembleia Legislativa da Província das Alagoas no ato de sua instalação em 16 de Março de 1869 pelo Presidente da mesma, o Exmo. Snr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo Júnior*. Maceió: Typ. Commercial de A. J. da Costa, 1869

OLIVEIRA, Waldir Freitas. Economia de Palmares. In: MOURA, Clóvis (Org.). *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. Maceió: Edufal, 2001.

POLIAKOV, Leon. *A causalidade diabólica!* São Paulo: Perspectiva, 1991

SAMPAIO, Wilson Correia. *Gramsci: Política e Educação*. Maceió: Edufal, 2007.

SANTOS, Sérgio da Silva. Pega ou não Pega: a luta do Movimento Terra Trabalho e Liberdade por moradia em Alagoas. In: XIV CISO – *Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste*. Recife, 2009.

SEPLAN/AL. Estimativa da População Residente Municipal. – Ano 2, n.2 – 2009 . Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento, 2009.

\_\_\_\_\_. Produto Interno Bruto Municipal. – Ano 5, n.5 (2005). Maceió: Secretaria de Estado do Planejamento e do Orçamento, 2009.

SILVA, Amaro Hélio da. *Serra dos Perigosos: guerrilha e índio no sertão alagoano*. Maceió: Edufal, 2007.